



**ACÓRDÃO Nº 1023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1186/2012 – 07 Volumes.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Iranduba.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Paulo Roberto Bandeira, Presidente e ordenador de despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação Conclusiva nº 678/2015 (fls. 1219/1228)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 1084/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 1229/1230).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Câmara Municipal de Iranduba. Exercício 2011.

Contas Irregulares. Glosa. Alcance. Prazo. Comunicação ao Poder Executivo Municipal. Multa. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Recomendação a origem. Ofício a SRFB e ao Poder Executivo. Determinação ao Poder Legislativo e a Comissão de Inspeção.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular**, nos termos do artigo 22, alíneas III, “b”, § 1º da Lei Estadual nº 2423/96 (LO/TCEAM), a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **Paulo Roberto Bandeira**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Iranduba, à época;

**9.2- Glosar** a quantia de **R\$ 6.560,84** (seis mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos) ao responsável, Sr. **Paulo Roberto Bandeira**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Iranduba à época, devendo ainda o responsável ser considerado em **ALCANCE**, na forma que segue:

**9.2.1-** No valor de **R\$3.280,77** (três mil, duzentos e oitenta reais e setenta e sete centavos), referente ao - **Descumprimento do art. 37, caput, da CF/88** – Princípio da Impessoalidade e da moralidade. Indícios de remuneração indireta para vereadores, uma vez que receberam diárias mensalmente, com períodos e valores semelhantes; os processos de concessão de Diárias e a Prestação de Contas possuem a mesma justificativa, genérica e sem as informações necessárias à verificação do atendimento do interesse público - item 17 da restrições do Relatório Conclusivo da DICAMI;

**9.2.2-** No valor de **R\$ 2.730,07** (dois mil, setecentos e trinta reais e sete centavos) referente ao - **Pagamento no valor de R\$ 2.370,77**, referente às multas geradas pelo pagamento em atraso dos recolhimentos das contribuições previdenciárias (meses



**ACÓRDÃO Nº 1023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

agosto/ setembro / outubro), conforme análise dos processos de liquidação e pagamentos, especificamente relativos aos recolhimentos do INSS para o Regime Geral (INSS Vereadores, Cargos Comissionados e INSS Patronal) - item nº 20 das restrições do relatório Conclusivo da DICAMI;

**9.2.3-** No valor de **R\$ 550,00** (quinhentos e cinquenta reais), referente a - **Ausência de Nota Fiscal** que justifique a aquisição de cinco rodos de limpeza pelo montante de R\$ 550,00, conforme NE nº 87 - letra g das restrições identificadas pelo i. parquet no Parecer de fls. 1034/1041;

**9.3- Fixar** o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor dos débitos aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

**9.4- Comunicar ao Poder Executivo Municipal**, que no caso de não recolhimento dos valores das condenações, ex vi o art.173 da Res. nº 04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, os valores dos débitos deverão ser inscritos na Dívida Ativa Municipal, seguido das imediatas cobranças judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

**9.5- Aplicar multa ao Senhor Paulo Roberto Bandeira**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Iranduba, à época, no valor total de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), pelas impropriedades previstas nas restrições nº **1; 2; 3; 8; 9; 11; 12; 13; e 16** da Informação Conclusiva nº 678/2015 - CI/DICAMI (fls.1219/1228) e itens de letras **e; f; h e i**, do Parecer Ministerial nº 288/2013, fls. 1034/1041, com fulcro nos incisos II, III, IV e VI do art. 54 da Lei Estadual nº 2423/96 (LO/TCEAM) c/c com os incisos, I, "a" e "b", II, V e VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM, abaixo relacionadas;

**RESTRIÇÕES REMANESCENTES CONSTANTES DO RELATÓRIO CONCLUSIVO Nº 52/2015 – CI/DICAMI – OBJETO DE MULTA**

1. Ausência do Controle Interno exigido no art. 45 da Constituição Estadual, c/c o art. 43 da Lei nº2423/96, acarretando riscos operacionais e descontrole das contas públicas;
- 2.a. A data da publicação do 1º semestre do Relatório Semestral de gestão Fiscal foi realizada fora do prazo estabelecido no § 2º do art. 54 da Lei nº 101/2000 (devendo publicar até 30/07/2011 o RGF foi publicado no dia 22/08/2011 com 23 dias de atraso);
- 2.b. As informações do 1º semestre apresentam saldo zerado da Receita Corrente Líquida, impossibilitando a apuração do limite dos gastos pessoais, exigidos pelo artigo 20, inciso III, alínea "a" da lei nº 101/2000.
3. A movimentação contábil da Câmara Municipal de Iranduba, referente ao mês de ABRIL de 2011, foi encaminhado por meio magnético (Sistema ACP) a esta Corte de Contas FORA do prazo estabelecido no art. 4º da resolução nº 07/02 – TCE c/c o parágrafo 1º, art. 15 da Lei Complementar nº 06 de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000;
8. Descumprimento do inciso II, § 2º, art. 40 da Lei nº 8666/93. Em TODOS os processos licitatórios analisados, as planilhas de custos ou orçamentárias não demonstram a fonte de origem de preços estimados pela Administração, uma vez que os processos licitatórios devem apresentar, em sua composição, planilhas de orçamento estimado, que visam orientar o critério de preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pelo objeto a ser licitado;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 1023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9. Descumprimento do art.22, § 3º c/c o art.29, inciso II da Lei nº 8666/93, no Procedimento Licitatório nº 01/2011, cujo objeto se refere a contratação de serviços de assessoria contábil, identificou-se o envio do convite à Empresa L. A. S. SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA CNPJ 04.672.961/00014-01 que conforme extrato do comprovante de inscrição cadastral no site da Receita Federal, tem como atividade econômica principal a seleção e agenciamento de mão de obra e como atividade secundária o fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. Considerando que a referida empresa participou efetivamente do certame, justificar o convite realizado à sociedade empresarial fora do ramo de atividade do objeto licitado;

11. Descumprimento do art. 51 § 4º da Lei nº 8666/93. Nas Portarias que designaram a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Iranduba (exercício 2010 e 2011), identificou-se a recondução integral dos membros da CPL;

12. Descumprimento do art. 109 § 6º da Lei nº 8666/93. Os procedimentos Licitatórios da Câmara não vem respeitando o prazo recursal de 2 (dois) dias úteis contados da lavratura da ata de julgamento das propostas e homologação da licitação;

13. Descumprimento do art. 37, caput, da CF/88 – *princípio da moralidade administrativa*. Constatou-se que o Sr. Orlando Coelho, Diretor Administrativo é o responsável pelo “atesto no recebimento nas Notas Fiscais” com vistas a confirmar a realização e/ou entrega de diversos objetos licitados, é membro da Comissão de Licitação, além de ser o tesoureiro da Câmara Municipal, assinando os cheques de pagamentos juntamente com o Ordenador de Despesas. Situação que afronta o princípio da segregação das funções. Nenhum servidor ou seção administrativa deve participar ou controlar todas as fases inerentes a uma despesa (Licitação – Empenho – Liquidação – Pagamento);

16. DESPESAS COM DIÁRIAS: A comissão de Inspeção, conforme análise dos processos de pagamento de diárias apurou INDÍCIOS DE REMUNERAÇÃO INDIRETA de vereadores, uma vez que receberam DIÁRIAS mensalmente, com períodos e valores semelhantes. Salientamos que os processos de concessão de Diárias e a Prestação de Contas, possuem a mesma Justificativa, de forma genérica e sem as informações necessárias à verificação do atendimento do interesse público (art. 37, *caput*, da CF/1988 – princípio da impessoalidade e da moralidade).

**RESTRIÇÕES REMANESCENTES CONSTANTES DO PARECER MINISTERIAL Nº  
288/2013 – MP – ESB – OBJETO DE MULTA**

e) Demonstrar o cumprimento do § 6º do art. 22 da Lei Federal 8666/93, em função de que apesar de já serem contratadas pela Câmara Municipal de Iranduba, desde 2009, as empresas DMK Assessoria (assessoria contábil) e Edmilson Lucena dos Santos Júnior (Serviços jurídicos) participaram ativamente do procedimento ,licitatório (Convites) para a contratação de consultoria contábil e serviços jurídicos, no exercício de 2011;

f) O Porque das empresas R L Comércio e serviços de Equipamentos de Segurança e Saneamento Ltda e a A E Pinheiro, vencedoras do certame para fornecimento de modulados para o plenário da Câmara e para a Locação de Veículos, respectivamente, não possuírem essas atividades listadas dentre as atividades que desenvolvem, de acordo com consulta ao CNPJ no site da Receita Federal;

h) Ausência de justificativa para a aquisição de materiais de expediente por meio da NE nº 84, no valor de R\$ 7.725,00 (em favor de HIDRAUGRAF), tendo em vista que houve licitação para a aquisição desse tipo de despesa (no montante de R\$ 59.564,70), cuja vencedora foi a empresa GES Comercial;

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 1023/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

i) Ausência de justificativa para a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza por meio das NE's nº 23 (R\$ 3.500,00), 58 (R\$ 3.580,00), tendo em vista que houve licitação para a aquisição desse tipo de despesa (no montante de R\$ 62.784,00), cuja vencedora foi a empresa MM Pimentel ME;

**9.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 22.5 do relatório/voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.7- Autorizar**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.8- Recomendar à origem** que observe mais atentamente ao recomendado pela CI/DICAM, acrescidas das recomendações feitas pelo i. parquet;

**9.9- Oficiar** a SRFB, ao Poder Executivo de Iranduba, ao Órgão Previdenciário de Iranduba e ao CREA/AM acerca das irregularidades remanescentes para que adotem as medidas cabíveis, nos termos da lei;

**9.10- Determinar** ao Poder Legislativo local que promova a redução formal do valor dos subsídios do Presidente aos limites constitucionais;

**9.11- Determinar** que a próxima comissão de inspeção verifique se foram cumpridas as determinações e recomendações desta Corte.

**10- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 09 de dezembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral de Contas.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral